



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012336-77.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Alessandra Miranda Barbosa**
 Requerido: **Rita Bassetti e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento de danos morais que as rés lhe causaram ao denegrirem sua imagem postando em redes sociais informações difamatórias a seu respeito.

O documento de fl. 11 comprova os fatos articulados pela autora em face da ré **DORA**.

Com efeito, patenteia-se que ela imputou à autora a prática de ato reprovável (jogar água fervente em um cachorro), chegando a chamá-la por isso de "*vagabunda*" e a pedir para que a notícia fosse compartilhada "*pra todos saber quem ela é O que ela fez*".

A própria ré em contestação admitiu que perpetrara tal conduta, alegando que "*não nega ter feito o post e publicado em seu perfil nesta rede social. Apenas reagiu de forma impulsiva como uma maneira de expressar seu repúdio contra este tipo de atos tão desumanos*" (fl. 31, antepenúltimo parágrafo - grifei).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Observou também que a proprietária do animal ferido saberia que a autora teria sido a responsável pelas queimaduras, mas preferiu calar-se para evitar retaliações.

Salientou nesse contexto que obrou em exercício regular de um direito.

A postura da ré **DORA** é inaceitável.

Reconheceu que ao saber que um cachorro sofrera queimaduras provocadas pela autora, noticiou de maneira impulsiva o fato em redes sociais (*facebook*), expressando com isso sua indignação.

Ora, se de um lado qualquer pessoa mediana reagiria ao saber da aludida ocorrência, de outro ela somente poderia ter sido divulgada atribuindo sua autoria à autora com fulcro em elementos sólidos.

Significa dizer que a ré apenas poderia ligar a autora ao fato – abstendo-se por óbvio de chamá-la de "*vagabunda*" – se pudesse demonstrar a veracidade da acusação.

Não foi o que se deu na espécie, todavia, na medida em que nenhum indício sequer foi coligido para vincular a autora ao episódio.

Diante desse contexto, deverá a ré arcar com as consequências de seu ato.

Note-se, por relevante, que o que se está examinando não é a condição pessoal da ré que pelo que foi dado apurar realmente desenvolve elogiável trabalho na defesa de animais.

Ao contrário, a análise do feito fica circunscrita a ato determinado que a ré deixou claro ter implementado.

Por outro lado, é indiscutível que a ação perpetrada deu causa a danos morais à autora.

Ninguém em sã consciência veria com naturalidade ser envolvido em situação como a posta nos autos, dispensada maiores considerações para a certeza de que a autora sofreu desgaste de vulto com tudo o que se passou.

Isso a afetou profundamente e a expôs a inegável constrangimento perante terceiros, como de resto sucederia com outros que estivessem em seu lugar, o que caracteriza os danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (ressalvo aqui que a autora não produziu um elemento que fosse para fazer supor que a ré reunisse condição patrimonial para suportar o pagamento de valor vultoso) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Deverá a ré, igualmente, ser condenada a retratar-se da postagem versada, utilizando de sua própria rede social para tanto.

Solução diversa aplica-se à ré **rita**.

A leitura da petição inicial atesta que ela teria no *facebook* denigrado a imagem da autora, mas nenhum documento foi amealhado a propósito.

Em contestação, a ré asseverou que na verdade a postagem teria sido feita por sua filha, que é menor de dezoito anos, e que já a teria corrigido, mas em momento algum se definiu com a indispensável clareza que os documentos de fls. 08/10 correspondessem a isso.

Por outras palavras, não se definiu com segurança se a postagem foi da ré (consoante relato exordial) ou que "*Júu Silva*" (fl. 08) fosse filha dela.

Reconhece-se, portanto, que a autora não se desincumbiu do ônus que lhe pesava para demonstrar a acusação a essa ré.

Isso pode até ter ocorrido, mas não há nos autos prova consistente a propósito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **DORA OLIVEIRA SOARES** a (1) pagar à autora a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e (2) retratar-se no prazo máximo de dez dias via *facebook* da postagem tratada nos autos.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 16 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**